

ENTRE A CRUZ E A ENXADA: A ATUAÇÃO DA PASTORAL DA TERRA NO AMAPÁ (1985-2017)

Higor Railan de Jesus Pereira¹, Sidney da Silva Lobato²

1. Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH-Unifap).
2. Doutor em História Social (PPGHS-USP). Professor de História da Amazônia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá (DFCH-Unifap) /Orientador.

Resumo

Em 1979, foi criada a Pastoral Rural da Diocese de Macapá, que, em 1981, foi convertida na regional Amapá da Comissão Pastoral da Terra, órgão da Igreja Católica ligado às lutas no campo. O objetivo dessa pesquisa foi analisar as formas de atuação da CPT-Amapá entre 1985 e 2017. Para tanto, foi utilizado um variado *corpus documental* formado por artigos de jornais, correspondências, entrevistas, livros e cartilhas da CPT. Essa documentação foi analisada a partir de uma abordagem interdisciplinar que envolveu instrumentais teóricos e metodológicos da História, da Geografia e da Sociologia. Ao fim, constatamos que a Pastoral atuou em várias frentes: no auxílio à organização dos camponeses em sindicatos, na denúncia da violência no campo praticada pelo grande capital e no processo de registro e estudo dessa violência, a fim de auxiliar a resistência dos camponeses.

Palavras-chave: luta pela terra; movimentos sociais no campo; ação pastoral da Igreja Católica.

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Introdução

No bojo da tensa área de fronteira na Amazônia da segunda metade do século XX, permeada pela intervenção do capitalismo multinacional trazido e subsidiado pelos militares, a Igreja Católica se viu diante de uma forte e crescente hostilidade no campo, o que a obrigou a se posicionar de modo mais contundente diante de casos de violência cada vez mais frequentes. Nesse mesmo contexto, constituía-se um processo de autonomia da Igreja nas mais diversas partes do planeta, descentralizando-se as decisões de Roma e consolidando-se, na América Latina, Ásia e África, uma Igreja Católica mais plural e dedicada às realidades locais (IOKOI, 1996, p. 21-22). As inúmeras transformações que ocorreram na Igreja Católica durante o século XX tiveram sua oficialização durante o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). No Brasil, as bases dessas mudanças começaram a ser aplicadas após a II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), ocorrida na cidade de Medellín, em 1968 (PIMENTEL, 2016), considerada, além de tudo, o momento fundante da Teologia da Libertação.

À luz dessa nova teologia foi fundada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), após encontro de bispos e prelados convocado pela CNBB em Goiânia, em 1975. Data desse período a já mencionada intervenção do capitalismo nacional e internacional na Amazônia promovida pelo regime ditatorial militar que, nas pegadas do chamado “milagre brasileiro”, entregava terras e demais recursos naturais da região a latifundiários, mineradoras, madeireiras, pecuaristas e etc., desconsiderando a existência aí de camponeses e povos indígenas. Em pouco mais de um ano, a CPT já havia se instalado em mais da metade dos estados brasileiros, totalizando 14 equipes regionais (SILVA, 2005, p. 4). Apesar de ter surgido a partir da articulação primordial entre Amazônia e Centro-Oeste, logo se espalhou por todo o país, chegando também ao Amapá, que era ainda um território federal.

A presente pesquisa objetivou analisar os modos de atuação da CPT no Amapá, destacando o trabalho desempenhado junto aos camponeses, mormente o auxílio nas lutas pela posse da terra e nos registros de conflitos do período de 1985 a 2017.

Metodologia

O trabalho aqui apresentado está baseado principalmente no uso do acervo documental do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, mantido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e que aglutina uma gama variada de textos e imagens. Dentre as fontes aqui utilizadas, cabe destacar as jornalísticas, amplamente exploradas no decorrer do período de execução da pesquisa. De antemão, é imprescindível enfatizar que, conforme advertiu José Honório Rodrigues (1968), embora a imprensa traga informações valiosas do cotidiano, ela não expressa imparcialidade e independência. É necessário, portanto, identificar as forças por trás dos trabalhos editoriais que, ora camufladas, ora evidentes (mas sempre presentes), regem o *mise en page* do conteúdo jornalístico. Quando se trata de fontes jornalísticas, não há acasos. A historiadora Tânia Regina de Luca (2011, p. 139) adverte que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Portanto, todas as informações advindas dos artigos de periódicos amapaenses foram entendidas como partes de discursos propositalmente construídos, com finalidades políticas.

Além dos artigos de periódicos, fez-se uso de correspondências. Partes de um processo de comunicação, elas trazem à luz preocupações de autoridades e de civis sobre aspectos do cotidiano da gestão e vida das cidades. Durante a pesquisa, correspondências internas da CPT, de sindicatos e de membros do

judiciário foram exploradas com a finalidade de se compreender o papel desempenhado pela Pastoral no Amapá, suas articulações e pautas.

A publicação *Conflitos no campo – Brasil* (relatório anual publicado pela CPT), foi aqui utilizada a fim de extrairmos os dados referentes a dois dos principais aspectos da luta pela terra no Amapá: o número universal de conflitos em cada ano e o número de famílias de camponeses imersas nos conflitos em cada ano. Esses dados foram organizados em séries temporais dispostas em gráficos que nos deram uma compreensão mais ampla da violência no campo amapaense. Assim procedendo, nos apropriamos das discussões em torno do uso da História quantitativa, que, segundo Furet (1979, p. 51), tem por finalidade “constituir o fato histórico em séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis, e desse modo poder medir a evolução [de processos históricos específicos] por intervalos de tempo dados.”

Por fim, igualmente importantes foram as entrevistas. Destaca-se que a história oral coloca o pesquisador em contato com testemunhos que revelam diferentes facetas do vivido, no passado e no presente (ALBERTI, 2011). As entrevistas foram produzidas durante o processo de pesquisa e também foram encontradas já transcritas no acervo da CPT. Por meio dessa fonte, foi possível reconhecer e compreender, para além das formas de atuação da Pastoral, estratégias e táticas de outros sujeitos que vivenciaram a situação de fronteira.

Resultados e Discussão

Em 1979, quatro anos após a fundação da Comissão Pastoral da Terra, um grupo constituído por aproximadamente cinco pessoas fundou uma Pastoral Rural no Território Federal do Amapá. O foco, segundo Sandro Gallazzi (2017), eram, grosso modo, “as atividades do campo”. Valéria Opreni (1992, p. 8) afirma que nesse período inicial “dezenas de cursos e muitas páginas de material didático foram [...] elaborados”, para o fomento das organizações no campo. A consolidação da regional se deu apenas em 1981, quando surgiu oficialmente a Comissão Pastoral da Terra – Amapá (CPT-AP). No mesmo ano houve a primeira grande ação da CPT-AP: o auxílio a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá (STR-Macapá). Percebe-se, por meio da experiência de construção desse sindicato, que desde os primórdios da atuação da CPT no Amapá uma das duradouras características do trabalho dessa pastoral já estava presente: o apoio a formas de organização que fortalecessem a autonomia dos camponeses. Nos anos que se seguiram, porém, o foco da atuação da regional amapaense se direcionou ao Pará, mais precisamente ao município de Afuá. Isto se deveu a diversos fatores. O principal foi a pouca hostilidade então constatada no campo amapaense em contraste com uma alta ocorrência de conflitos na ilha paraense.

Em Afuá, os problemas detectados pela CPT eram diversificados. Havia uma necessidade urgente de se combater o sistema de aviamento no qual estavam sendo explorados os trabalhadores, bem como de se alfabetizar crianças, jovens e adultos e se combater surtos de doenças como disenteria em uma área de quase completa ausência de assistência estatal. O enfrentamento desses problemas teve início a partir da organização pré-sindical dos moradores. Em 1984, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, com o auxílio da CPT-AP. O sistema de aviamento foi então combatido por meio de encontros de conscientização e de distribuição de cartilhas produzidas pela própria Pastoral, onde constavam informações sobre a legislação que regulava as relações de trabalho.

A atuação em Afuá permaneceu forte até 1994, quando ocorre a chacina de cinco membros de uma mesma família no município de Amapá. O massacre da família Magave, ocorrido em 4 de fevereiro de 1994, marca não apenas a guinada dos esforços da CPT-AP em direção ao Amapá, mas, sobretudo, o início do aparecimento de um número crescente de conflitos por terras amapaenses dentro dos registros da Pastoral. Em busca de justiça para o crime, organizou-se uma grande frente social que envolveu diversas entidades e várias ações. Destacam-se as manifestações ocorridas tanto no município de Amapá quanto na capital Macapá, as cartas, encaminhamentos e solicitações de documentos e informações direcionadas a órgãos públicos, juízes, promotores, procuradores, delegados de polícia e entidades em geral, assim como o grande esforço para a manutenção do caso nas pautas da mídia local e nacional, a fim de pressionar o Judiciário.

No ano seguinte, 1995, a empresa norte-americana Champion Pappers iniciou a implantação de um grande projeto de silvicultura no Amapá. Nesse processo, porém, várias irregularidades foram cometidas, como a grilagem de terras públicas e a expulsão de camponeses. Após denúncias, o governo do estado instaurou uma Comissão Especial de Investigação, a fim de que estas fossem apuradas. O relatório dessa comissão, que contou com amplo apoio da CPT, constatou que as irregularidades apontadas nas denúncias possuíam fundamento. O projeto, portanto, teve seu licenciamento revogado. O segundo EIA/RIMA, que estava sendo produzido, foi cancelado. Por fim, a empresa entrou com pedido de arquivamento do seu projeto na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), no dia 26 de julho de 1996.

Já na virada do século XX para o XXI, começaram a aparecer vários outros conflitos nos registros da CPT. De 1985 a 2000, foram feitos o total de trinta e um registros de conflitos, número que, atualmente, passou a ser superado anualmente. Em um único ano, como em 2013, 2014 ou 2015, é possível encontrar mais do que o dobro de registros dos primeiros dezesseis anos do levantamento. De 1985 até 2017, a CPT fez o total de 784 registros de conflitos por terra no Amapá. Desse número, apenas 3,95% foram registrados até o ano de 2000, isto é, 96,05% do total de registros de conflitos feitos pela CPT no Amapá, em trinta e três anos, aconteceram no século XXI (CPT, 1986-2018). Vários são os fatores que explicam esse fenômeno: durante a pesquisa, identificamos no recente estabelecimento de empreendimentos voltados ao cultivo de grãos um potencializador dos conflitos. Outro fator foi a compra da empresa Amapá Celulose (Amcel), em 2007, por um grupo de empresários japoneses. Esse grupo passou a judicializar os conflitos, causando a expulsão via judicial de dezenas de famílias.

Desde 2013, a CPT-AP tem registrado um outro tipo de conflito com grande frequência: os conflitos por água. Uma parte significativa desses conflitos está relacionada a atuação de hidroelétricas. Em 2013, foram registrados cinco conflitos envolvendo mais de 300 famílias em cinco municípios, dentre eles Ferreira Gomes, onde está instalada a HE Ferreira Gomes. Esses registros evidenciam novas formas de atuação da CPT no Amapá, que passa a trabalhar com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a fim de auxiliar também os camponeses afetados pelas barragens.

Conclusões

A expansão da fronteira sobre o Amapá nos últimos anos foi marcada por três momentos principais. O primeiro teve relação com a tentativa de implantação do Projeto Amapá, da multinacional dos ramos de papel e celulose Champion Papers Inc. a partir de 1995. O processo iniciado no segundo quinquênio da década de 1990 ainda hoje influencia nos dados da CPT, haja vista que os conflitos envolvendo a empresa Amapá Celulose (que foi comprada em 1996 pelo grupo Champion, mas que atualmente pertence ao grupo japonês Nippon Paper) não cessaram. O segundo momento, este muito mais preocupante atualmente, se refere ao recente estabelecimento de empreendimentos voltados ao cultivo de grãos, marcadamente a soja. No entanto, os contextos políticos nos quais esses dois momentos se constituíram possuem grandes diferenças entre si: entre 1995 e 2001, sob a batuta do governador João Alberto Capiberibe (PSB), o modelo de desenvolvimento presente nas políticas públicas estava centrado na sustentabilidade, o que deu subsídios para que os movimentos sociais em defesa das comunidades camponesas se posicionassem firmemente contra a expansão da fronteira da celulose, apoiados no próprio discurso proposto no Programa de Desenvolvimento Sustentável do então governador. Por outro lado, a partir de 2002, retomou-se um velho modelo de desenvolvimento (que ganhou contornos claros durante a ditadura militar), este muito mais alinhado aos grandes empreendimentos e incentivador da ocupação capitalista das terras amapaenses. Daí advém o exponencial acirramento dos conflitos no campo no Amapá, conforme pudemos verificar nos dados apresentados anteriormente. O terceiro momento se refere ao estabelecimento das hidroelétricas, marcadamente em Ferreira Gomes. Atualmente, um número incalculável de famílias padece pelos alagamentos e mortandade de peixes.

Com base nisso, argumentamos que a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Amapá em defesa dos camponeses tem sido extremamente importante para garantir a reprodução dos modos de vida desses sujeitos no campo. O aumento no número de registros de conflitos nos últimos anos, dentro dos levantamentos da CPT, comprova que as denúncias vêm sendo feitas à sociedade. No entanto, o principal trabalho ainda é realizado junto aos camponeses: auxiliando-os na construção de suas autonomias nas lutas cotidianas, o que vem sendo feito desde os primórdios da atuação da Pastoral no Amapá.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. Ed – São Paulo: Contexto, 2011.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed – São Paulo: Contexto, 2011.
- Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo – Brasil**. Edições de 1985 a 2017.
- COSTA, Luciana Miranda. As faces ocultas de um conflito: a luta pela terra em Eldorado dos Carajás. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas - A diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 159-178.
- DEZEMONE, Marcus. Conflitos Rurais no Brasil: breve exame no século XX. **Cantareira** (UFF), v. 1, p. 1-10, 2002.
- FURET, François. O quantitativo em História. IN: LE GOFF, Jacques, NORRA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LINHARES, Maria Yedda. A pesquisa histórica no Rio de Janeiro. A História agrária como programa de trabalho: 1977-1994 um balanço. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 30. 1995.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOTTA, Márcia Maria M. **Rural à la Gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)**. Niterói:

Editora da UFF, 2014.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**. 15 (43), 2001.

OPRENI, Valéria. **A Comissão Pastoral da Terra em Macapá – AP**. Trabalho de aproveitamento da Quarta Etapa do Curso Superior de Teologia, Centro de Estudos do Comportamento Humano (Cenesc), Macapá, 1992.

PEREIRA, Higor. A situação fundiária do Amapá. *In*: ARTICULAÇÃO DAS CPT'S AMAZÔNIA. **Atlas de conflitos na Amazônia**. São Paulo: Entremares, 2017, p.45-46.

PEREIRA, Higor. Entre a cruz e a enxada: a CPT e a luta pela terra no Amapá (1979-1998). *In*: LOBATO, Sidney. **Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional**. Rio Branco: Nepan, 2018, p. 83-105.

PIMENTEL, Walbi Silva. **A Igreja dos pobres: origem e desenvolvimento das CEBs no Amapá (1966-1983)**. Curitiba: editora Prismas, 2016.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

RAIOL, Osvaldino da Silva. **A Utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá**. Macapá: Editora gráfica O DIA Ltda., 1992.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**, 3. ed. rev., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SILVA, Júnior Gomes da. Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada. *In*: LOMBA, Rony Mayer; et. al. (org.) **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Dourados: Editora UFGD, 2014.

SILVA, J. S. A Comissão Pastoral da Terra como organizadora política dos trabalhadores rurais. *In*: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz**, Londrina – PR, 2005.

VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra; ROSSATO, G. A. Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 14, n.01, p. 19-32, 1996.